

# Senhores e escravos na sociedade piranguense oitocentista

Guilherme Augusto do Nascimento e Silva

Mestrando UFSJ

Orientador: Afonso de Alencastro

Graça Filho

Resumo: Neste artigo, trabalharemos a estrutura de posse das escravarias da região da Vila de Piranga no decorrer do século XIX a partir de duas fontes e momentos distintos. Primeiramente, analisaremos os dados provenientes da Lista Nominativa de 1831/32, fonte a partir da qual teremos uma visão global da disseminação da propriedade escrava na região. Em seguida, vamos discutir a estrutura de posse a partir dos inventários *post-mortem*, no decorrer dos últimos quarenta anos do sistema escravista no Brasil. Com base nestas duas fontes, tentaremos demonstrar a importância das escravarias no desenvolvimento da economia regional.

Palavras-chave: Demografia; Escravidão; Estrutura de posse; Piranga.

Área temática: 1. História Econômica e Demografia Histórica

## 1 – Dispersão “democrática” do apego à escravidão

Em busca de um melhor entendimento da economia da Vila de Piranga no século XIX, estrutura produtiva e também dinâmica demográfica dos escravos, é essencial analisarmos de que maneira as escravarias estavam dispersas socialmente. No sentido inverso, para compreendermos estes padrões, José Flávio Motta, em livro que mostra a relação entre estrutura de posse e família escrava, nos fala do “mútuo condicionamento existente entre os âmbitos econômico e demográfico”.<sup>1</sup>

Valendo-nos da expressão trabalhada por Douglas Libby, faremos aqui considerações acerca do padrão “democrático” de posse de escravos na Piranga oitocentista. Segundo sua interpretação, a posse de escravos era democrática em Minas, em dois sentidos: em relação aos padrões de distribuição dos escravos pelas propriedades e também no que se refere à composição social destes proprietários.<sup>2</sup> Deste modo, apesar da maioria dos domicílios não possuir escravos, estes últimos estavam dispersos em grande medida pelas pequenas propriedades.

Antes de tudo, é necessário deixarmos claro que a distribuição “democrática” de escravos na província é uma interpretação relativa e está ligada aos argumentos expostos acima. Dizemos isto porque, ao consultarmos os dados da Lista Nominativa da Freguesia de Guarapiranga<sup>3</sup> não encontramos escravos em 64,8% dos *fogos* piranguenses.<sup>4</sup> Ou seja, no início da década de 1830, cerca de dois terços dos domicílios da região não continham escravos. Contudo, esta é uma constante nas pesquisas sobre a distribuição dos escravos por domicílios em Minas e também em São Paulo.

Libby aponta em sua pesquisa que, no mesmo período, os domicílios da província mineira sem cativos conformavam 66,7% do total.<sup>5</sup> A província de São Paulo, segundo Francisco Luna e Hebert Klein, se apresentava no ano de 1829 com 74% dos domicílios sem escravos.<sup>6</sup> Entretanto, mesmo que a propriedade cativa não ultrapassasse cerca de um terço de *fogos*, estas informações reforçam a superação de uma visão ultrapassada, que indicava a grande lavoura escravista como modelo do sistema no Brasil.

---

<sup>1</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 109.

<sup>2</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 73.

<sup>3</sup> Como exposto em outro artigo, fizemos algumas alterações nos limites originais da freguesia de Guarapiranga na Lista Nominativa, como tentativa de aproximar os dados desta fonte à abrangência da localidade na segunda metade do século. Desta forma, retiramos da Lista o distrito de Desterro do Melo e acrescentamos os distritos de Conceição do Turvo e Nossa Senhora das Dores do Pomba, pertencentes à freguesia de São Manoel do Pomba. SILVA, Guilherme A. N. Região, economia e população escrava piranguense na segunda metade do Oitocentos. In: *Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2012.

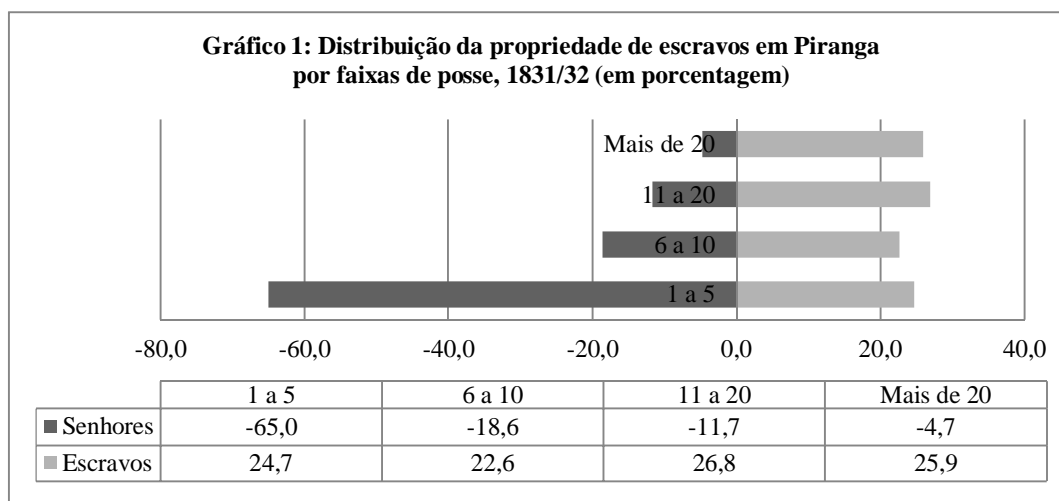
<sup>4</sup> Dos 1866 *fogos* da região de Piranga presentes nas Listas Nominativas, 1209 não possuíam um escravo sequer. Segundo Libby, “o termo ‘fogo’, muito usado na documentação pré e proto-estatística, é um pouco ambíguo, mas, de modo geral, significa um agrupamento em torno de um chefe (de fogo, domicílio, família) e que poderia incluir, além da família nuclear ou extensa, escravos e agregados sem parentesco com o chefe”. LIBBY, Douglas. As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C.. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas I. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007*, p. 416.

<sup>5</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 97.

<sup>6</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 208.

Outro mito desconstruído através dos estudos sobre padrões diz respeito à predominância das grandes posses de escravos. Nas mais diversas regiões e períodos da história do escravismo no Brasil, a forte presença das pequenas propriedades de cativos foi demonstrada.<sup>7</sup> A nossa região não difere nesta questão. Tendo em vista os dados da Lista Nominativa de 1831/32, do total de 1866 *fogos* recenseados, encontramos 657 contendo escravos entre seus moradores. Destes, verificamos que 65% dos chefes possuíam até cinco escravos em suas propriedades. Ampliando a perspectiva, encontramos a grande maioria dos senhores (83,6%) possuindo, no máximo, dez escravos (Gráfico 1).

Douglas Libby encontra dados bastante próximos ao analisar a província mineira, deixando claro que são resultados como este que iluminam o lado “democrático” do escravismo oitocentista. Segundo o autor, mesmo existindo uma maior quantidade de não-proprietários de escravos, estes números demonstram que o escravismo se enraizou profundamente na sociedade mineira, na medida em que um regime que tem como base a exploração da propriedade escrava e “que conta com uma numerosa camada de pequenos proprietários tem sua base de sustentação política e social bastante alargada”.<sup>8</sup>



Fonte: Lista Nominativa de 1831/32

Ao observarmos mais detalhadamente o Gráfico 1, conseguimos uma melhor visualização dos resultados. Ressaltamos mais uma vez a nítida predominância das pequenas escravarias. Neste sentido, o número de senhores de escravos vai diminuindo à medida que suas posses ficam maiores. Interessante notar que os escravos da localidade estão distribuídos quase que igualmente entre estas quatro faixas de posse. Esta constatação demonstra a grande importância das pequenas escravarias nesta sociedade, já que as grandes posses, em relação às demais, não possuem uma concentração muito elevada de cativos.

Se desagregarmos os dados em oito faixas de posse (Tabela 1), a que mais se destaca em relação à quantidade de escravos possuídos é a de 6 a 10, com 22,6%. Douglas Libby também constatou que este grupo detinha a maior parcela de cativos a

<sup>7</sup> Cf.: MOTTA, José Flávio. *Op. cit.* No segundo capítulo de seu livro, o autor faz uma revisão exaustiva dos trabalhos até então existentes sobre estrutura de posse no Brasil.

<sup>8</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 104.

nível provincial.<sup>9</sup> Por outro lado, não há dúvida de que os proprietários com mais de 30 escravos detinham uma parcela expressiva da população cativa em Piranga (15,8%), já que conformavam apenas 2,1% de todos os proprietários.

Comparativamente, se buscarmos os cálculos de Libby para as regiões Metalúrgica-Mantiqueira e Zona da Mata, veremos que os seus grandes senhores possuíam, respectivamente, 30% e 25% dos escravos.<sup>10</sup> Sendo estas duas regiões as que geograficamente envolvem Piranga, percebemos uma diferença significativa em relação à distribuição de escravos pelas grandes posses. Desta forma, como os grandes proprietários de Piranga não concentram a maioria absoluta dos escravos, revela-se a ampla dispersão da propriedade escrava pela localidade.

Disseminação que pode ser observada na Tabela 1, vistos os números provenientes das pequenas posses. A faixa com o maior número de proprietários é a que abrange as escravarias de 3 a 5. Nada menos do que 26% dos senhores se encontram nesta situação. Em seguida, nos deparamos com 169 pessoas possuindo apenas um escravo e 87 com dois. Estes dois grupos possuindo juntos 8,4% do total de escravos listados.

<b>Tabela 1: Distribuição da propriedade de escravos em Piranga, 1831/32</b>				
<b>Faixa de posse</b>	<b>Senhores</b>	<b>%</b>	<b>Escravos</b>	<b>%</b>
<b>1</b>	169	25,7	169	4,1
<b>2</b>	87	13,2	174	4,3
<b>3 a 5</b>	171	26,0	665	16,3
<b>6 a 10</b>	122	18,6	924	22,6
<b>11 a 15</b>	52	7,9	654	16,0
<b>16 a 20</b>	25	3,8	443	10,8
<b>21 a 30</b>	17	2,6	415	10,2
<b>Mais de 30</b>	14	2,1	644	15,8
<b>Total</b>	657	100,0	4088	100,0

Fonte: Lista Nominativa de 1831/32.

Deste modo, encontramos na região de Piranga do segundo quartel do Oitocentos uma grande desconcentração da propriedade escrava, reveladora do padrão “democrático” da posse. Padrão este muito parecido com o encontrado para a totalidade da província mineira. Mais uma vez, como verificado na análise da composição populacional local, Piranga demonstra estar muito próxima dos dados encontrados para Minas como um todo.

### **1.1 – Não só homens, nem tão brancos: perfil dos proprietários no segundo quartel do Oitocentos**

Após averiguarmos de que maneira se dava a distribuição da posse de escravos, investigaremos o perfil dos proprietários, para que possamos ter uma noção básica de quem eram estas pessoas. Analisando a Lista Nominativa, tendo em conta os chefes de domicílio, primeiramente constatamos a predominância dos homens como senhores de escravos. Em nossa região, 72,1% dos proprietários eram do sexo masculino, contra 27,9% de mulheres.

Embora a clara predominância seja dos homens, as proprietárias formam uma camada bastante relevante nesta sociedade. A participação feminina entre os proprietários de Piranga é relativamente superior à sua participação na província como

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 99.

um todo. Luna e Klein apontam que na década de 1830, mulheres chefes de domicílio com escravos compunham 22,5% do total. Já para a região denominada pelos autores como “Centros Mineradores Tradicionais”, encontramos 25,7% de proprietárias. Estes pesquisadores indicam que a crise da mineração acarretou a desintegração de muitos domicílios, ampliando as possibilidades de mobilidade econômica e exigindo um papel mais ativo das mulheres como chefes de domicílios.<sup>11</sup>

Destarte, analisando as características desta camada, observamos que era composta principalmente por mulheres brancas (66,1%) e viúvas (57,4%), com mais de 45 anos de idade (72,1%). Em suma, entre as proprietárias de escravos, predominavam as mulheres brancas, viúvas e idosas; indício de que sua riqueza, pelo menos a computada em escravos, seria em sua maior parte, fruto da herança de seus maridos falecidos.<sup>12</sup> O que encontramos, e que também será notado nos proprietários homens, é o perfil de posse socialmente estratificado, no qual os brancos têm acesso muito maior à riqueza do que os “não-brancos”.<sup>13</sup>

Interessante notar que a média de escravos por proprietária é bastante próxima à encontrada para a localidade. As mulheres possuíam, em média, 5,9 escravos cada uma, enquanto que os homens tinham a de 6,3. A média total é de 6,2 escravos por domicílio. A diferença entre as médias, desta forma, é quase irrisória. Complementarmente, ao analisarmos a estrutura de posse de escravos diferenciando homens e mulheres (Tabela 2), percebemos uma grande paridade percentual. As mulheres têm uma maior participação nas pequenas posses, mas por outro lado, nas duas maiores faixas de posse os dois gêneros possuem uma participação percentual quase idêntica.

Dados como estes, conjugados com os de distinção de cor, reforçam o argumento de que, muito mais do que uma diferenciação por gênero, existia uma estratificação social que se refletia na posse de escravos – estratificação baseada, pelo menos na Lista Nominativa, nos qualitativos de cor.

	1 a 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	
<b>Homens</b>	302	63,7%	92	19,4%	58	12,2%	22	4,7%
<b>Mulheres</b>	125	68,3%	30	16,4%	19	10,4%	9	4,9%

Fonte: Lista Nominativa de 1831/32

Os homens proprietários de escravos, por sua vez, também possuem características semelhantes às das mulheres. Eram majoritariamente brancos (79,7%), casados (76,6%) e idosos (54,3%). A princípio, nos chama a atenção o fato de a idade não ser um fator tão destoante, como no caso das mulheres. Com 45,7% dos proprietários tendo no máximo 45 anos de idade, podemos pensar que os mais jovens tinham uma participação importante. Entretanto, se aumentarmos um pouco o recorte para os homens mais velhos, incluindo desta forma todos com 40 anos ou mais,

<sup>11</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Op. cit.*, p. 216-217.

<sup>12</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*. Família e Sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX). São Paulo, Annablume, 2007, p. 88-89.

<sup>13</sup> Sílvia Brügger, ao notar que as mulheres brancas de São João Del Rei detinham mais escravos do que os homens não-brancos, conclui que o recorte social se torna mais importante que o de gênero nesta sociedade. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Op. cit.*, p. 92.

percebemos que estes comportam 66,2% do total. Por outro lado, apenas 10,8% dos senhores tinham menos de 30 anos de idade.<sup>14</sup>

De modo a percebermos o peso da idade na conformação das escravarias, recorreremos ao cálculo das médias de escravos por cada faixa etária. Em sua *Nota Sobre Ciclo de Vida e Posse de Escravos*, Iraci del Nero da Costa sugere que, teoricamente, é de se esperar que o número de escravos varie conforme a idade do proprietário, verificando-se uma correlação positiva entre estas duas variáveis. O autor nos diz que tal assertiva “parte da hipótese de que o proprietário tenderia a acumular riqueza – neste caso representada pelo número de escravos possuídos – no correr do período economicamente ativo de sua vida”.<sup>15</sup>

Concordamos com os argumentos deste autor, pois notamos em Piranga a correlação positiva entre idade e posse. Homens com até 29 anos possuíam, em média, apenas 3,3 escravos. Estas médias sobem gradativamente pelas faixas de idade decenais, atingindo seu ápice nos senhores de escravos que tinham de 50 a 59 anos, que possuíam em média 7,9 escravos cada um. A média de escravos por senhor fica acima de sete nos homens que tinham entre 40 e 69 anos. Já entre as mulheres proprietárias, a maior média de escravos (6,9), está na faixa etária de 40 a 49 anos de idade. Além destas, as mulheres acima de 60 anos também possuíam mais de seis escravos em média. Nenhuma faixa etária feminina chegou a ter mais de sete escravos.

Cabe ressaltar que, em sua hipótese, Costa indica o ápice da posse de escravos seria a faixa dos sessenta-setenta anos de idade, enquanto que para nossa localidade encontramos o auge da posse masculina na faixa de cinquenta-sessenta anos. Por seu turno, as proprietárias com maior média de cativos são encontradas ainda mais novas, na faixa de idade dos quarenta anos. Como já dissemos, esta situação indica a relevância das heranças deixadas às viúvas no crescimento das posses femininas.

Desta forma, a partir dos dados apresentados, podemos concluir que fatores como idade e casamento eram preponderantes para que a posse de escravos se concretizasse. Além disso, a condição social, que no caso da Lista Nominativa se reflete na designação do proprietário como sendo de cor branca, é também fator fundamental nos empreendimentos escravistas.

Através da Tabela 3, podemos observar como se dá esta questão tendo em vista os dados coletados. Nesta tabela, temos a visão de como se dava a distribuição da propriedade de escravos em relação às designações de cor dos proprietários. Não mais fazendo distinção entre o sexo dos mesmos, constatamos que ampla maioria dos donos de escravos (76%) estava inserida na categoria *brancos*. Os *pardos* conformavam a maior parcela de “não-brancos” com 21,6% dos proprietários e os *crioulos* eram menos de 2%. Senhores indicados como *pretos*, ou seja, de ex-escravos de origem africana, eram apenas dois (0,3%). E, finalmente, temos um proprietário sem designação de cor (0,1%).

Estes dados nos dão maior suporte no sentido de percebermos a composição social das camadas proprietárias. É inegável a predominância dos brancos, gradativamente ampliada através das faixas de posse. Simplesmente todos os proprietários com mais de vinte escravos são considerados brancos. Os “não-brancos” tem uma participação de 24% do total de proprietários, com grande concentração nas

---

<sup>14</sup> Francisco Vidal Luna também percebe a correlação entre idade do proprietário e posse de escravos. Para a região de Mariana no ano de 1804, o autor nota que o segmento de proprietários entre 40 e 69 anos possuía mais de 60% dos escravos. LUNA, F. V. *Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)*. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Op. cit.*, p. 285-286.

<sup>15</sup> COSTA, Iraci del Nero. *Nota Sobre Ciclo de Vida e Posse de Escravos*. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Op. cit.*, p. 441.

pequenas escravarias, faixa na qual conformam pouco mais de 32%. Crioulos e pretos somente estão presentes na camada de 1 a 5 escravos. Apenas os pardos conseguem participar das duas camadas intermediárias de senhores de escravos.

	1 a 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
<b>Branco</b>	288	67,5	107	87,7	73	94,8	31	100,0	499	76,0
<b>Pardo</b>	123	28,8	15	12,3	4	5,2	0	0,0	142	21,6
<b>Crioulo</b>	13	3,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	13	2,0
<b>Preto</b>	2	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3
<b>S/ Inf.</b>	1	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1
<b>Total</b>	427	100,0	122	100,0	77	100,0	31	100,0	657	100,0

Fonte: Lista Nominativa de 1831/32

Neste momento, acreditamos que os argumentos de Hebe Mattos sobre as classificações raciais no Brasil possam ser aplicados.<sup>16</sup> É necessário considerarmos, como a autora diz, que o termo *pardo* sintetizava da melhor forma possível, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista.<sup>17</sup> Entretanto, salientamos a percepção de que na Piranga da segunda metade do Oitocentos as classificações de cor eram objetivas no sentido da descrição da tonalidades de pele.

As classificações de cor poderiam ser muito volúveis, de forma que, por terem mais escravos, tendo desta forma um *status* social mais elevado, há a possibilidade de que proprietários outrora classificados como crioulos ou pretos se transformassem em pardos; ou até mesmo pardos se tornassem brancos. Roberto Guedes, analisando as Listas Nominativas Habitantes de Porto Feliz no decorrer da primeira metade do século XIX, demonstra que as definições de cor não eram de forma alguma fixas, mas variáveis de acordo com as circunstâncias sociais. Desta forma, o autor salienta a existência de uma “hierarquia fluida da *cor*, e sua mudança sugere negociações dos lugares sociais de pessoas/famílias”.<sup>18</sup>

Por fim, faremos algumas considerações acerca das ocupações destes senhores de escravos piranguenses do início da década de 1830. Termos o conhecimento das atividades econômicas dos chefes de domicílio é essencial para a melhor compreensão da estrutura de posse de escravos da localidade. Complementarmente, analisarmos a estrutura de posse pelo prisma das profissões de seus senhores é elemento importante para entendermos como a força de trabalho cativa era empregada e quais os tipos de atividade econômica ajudaram Minas a reter tantos escravos no Oitocentos e consequentemente contribuíram para a manutenção do sistema.

Estudar as atividades profissionais a partir das Listas Nominativas é um desafio. Vários são os percalços encontrados. Primeiramente, as ocupações presentes nas Listas são muito variadas e complexas, sendo que a mesma profissão poderia encontrar terminologias diversas até mesmo dentro do próprio distrito, de forma que a sistematização das informações se faz necessária para uma melhor análise. Deste modo,

<sup>16</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Ver capítulo I e V.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>18</sup> GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 101.

utilizamos a divisão por categorias profissionais adaptada às Listas Nominativas por Douglas Libby.<sup>19</sup>

Entre as dificuldades de análise encontradas está o fato de que muitos dos proprietários declaram duas ou até três atividades profissionais nos arrolamentos. Assim, encontramos pessoas como Jose Alves Ferreira, de 52 anos, branco e viúvo, morador no distrito de Tapera e sendo “agricultor com engenho de açúcar e mineiro”. O Capitão Antonio Teixeira Guimarães, homem branco de 60 anos, casado com Ana Clara de Jesus e morador no distrito de Guarapiranga, se declara “negociante e lavrador”. Informações como estas permeiam as ocupações dos chefes de domicílios piranguenses na Lista. Nestes e nas outras dezenas de casos semelhantes, decidimos incluir os proprietários na categoria profissional da primeira atividade declarada. Desta forma, o Capitão, por exemplo, se insere na categoria “Indústria e Comércio” e não na “Agricultura”.

Um problema adicional na apreciação da fonte, e que reflete expressivamente no resultado final, reside na forma de preenchimento, na Lista Nominativa, do campo analisado. Dos doze distritos que conformam a região, São Caetano do Chopotó e Nossa Senhora das Dores do Pomba não tiveram nenhum chefe com ocupação descrita. Além destes, o distrito de Brás Pires teve menos de 10% dos proprietários com ocupações arroladas. Desta forma, optamos por expurgar estes três distritos da análise profissional, senão os resultados ficariam enviesados no sentido de uma sociedade com proprietários de escravos sem ocupação.<sup>20</sup>

Ao incluirmos os senhores piranguenses em suas respectivas categorias profissionais, não houve surpresa. A grande maioria dos proprietários estava ligada a atividades agrícolas (Tabela 4). Dos proprietários presentes na nossa análise ocupacional, 61,7% estão incluídos na categoria “Agricultura”. Luna e Klein, usando outros critérios na divisão ocupacional, encontram 55% dos proprietários de Minas trabalhando neste mesmo setor.<sup>21</sup>

Visualizando a Tabela 4, podemos notar que quase três quartos dos escravos (74,8%) pertenciam aos agricultores. Douglas Libby encontra 58,6% de escravos em posse de agricultores em sua análise para a província.<sup>22</sup> Em Piranga, esta categoria possuía uma média de escravos alta (7,8 por proprietário), superior à média total. Entretanto, podemos afirmar que esta média se eleva essencialmente em razão dos proprietários de engenhos de cana.<sup>23</sup>

---

<sup>19</sup> O autor fez uma adaptação das categorias profissionais presentes no Recenseamento de 1872, de forma a sistematizar as dezenas de ocupações arroladas nas Listas Nominativas de 1831/32. Complementarmente, esta adaptação auxilia a análise comparativa, segundo estas categorias, entre os dois censos do século XIX. São oito as categorias profissionais pelas quais as ocupações são divididas: 1 – Profissionais liberais, proprietários e outros; 2 – Indústria e comércio; 3 – Artesãos e operários de profissão declarada; 4 – Agricultura; 5 – Assalariados sem profissão declarada; 6 – Serviços domésticos; 7 – Outros; 8 – Sem ocupação. LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 31-38.

<sup>20</sup> Levando em consideração todos os distritos, exatamente um terço dos proprietários (33,3%) não estava incluído em alguma ocupação.

<sup>21</sup> LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Op. cit.*, p. 222.

<sup>22</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 110.

<sup>23</sup> São 59 os proprietários de escravos descritos como engenheiros ou possuidores de engenhos. E este grupo possuía em média dezesseis escravos cada um. Para um estudo detalhado da elite produtora de aguardente de cana na freguesia de Guarapiranga, conferir: LEMOS, Gusthavo. *Aguardenteiros do Piranga: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.



Em seguida, a categoria que congrega mais escravos (9,5%) é “Indústria e Comércio”, formada basicamente por negociantes e tropeiros. Sua média é de pouco mais de seis escravos por senhor. Os senhores das categorias “Profissionais liberais” e “Artesãos e operários” tinham um percentual de escravos bem parecido, com cerca de 7% dos escravos da região. Entretanto, encontramos uma diferença significativa em relação à média de cativos. Enquanto os primeiros possuíam em média pouco mais de sete escravos, os últimos não chegavam a três cativos cada um.

Ocupação	Proprietários	%	Escravos	%	Média de Escravos
<b>Profissionais liberais</b>	29	6,3	205	7,0	7,1
<b>Indústria e Comercio</b>	46	10,1	279	9,5	6,1
<b>Artesãos e operários</b>	70	15,3	200	6,8	2,9
<b>Agricultura</b>	282	61,7	2202	74,8	7,8
<b>Assalariados</b>	3	0,7	3	0,1	1,0
<b>Serviços domésticos</b>	0	0,0	0	0,0	0,0
<b>Outros</b>	3	0,7	8	0,3	2,7
<b>Sem ocupação</b>	24	5,3	48	1,6	2,0
<b>Total</b>	457	100,0	2945	100,0	6,4

Fonte: Lista Nominativa 1831/32. \* Expurgados os distritos de S. C. Chopoto; N. S. Dores e Brás Pires

A alta média de escravos dos profissionais liberais e comerciantes pode ser explicada, em grande parte, através da duplicidade ocupacional dos chefes de domicílio. Libby chama a atenção para este fato, argumentando que estes chefes utilizavam seus escravos em outras atividades, principalmente a agricultura ou mineração.<sup>24</sup> Entretanto, podemos afirmar que a mineração na localidade utilizando mão de obra escrava era quase inexistente, tendo em vista a média de escravos para artesãos e operários.

As outras categorias ocupacionais presentes na Tabela 4 formam um conjunto inexpressivo de proprietários de escravos. Embora os “Sem ocupação” sejam mais de 5% dos senhores, eles possuem menos de 2% dos escravos. Tendo em conta que todos estes chefes de domicílio tinham o campo “Ocupação” em branco na Lista, como foi encontrado nos distritos retirados da análise ocupacional, acreditamos que estes senhores não tiveram suas ocupações descritas por falta de zelo do responsável pela coleta de informações.

Deste modo, conclui-se que no segundo quartel do século XIX é a *agricultura mercantil de alimentos*, representada na grande massa de agricultores piranguenses, que congrega as escravarias e conseqüentemente mantém a força do sistema escravista na região e na província mineira como um todo.

## **1.2 – Distritos piranguenses e concentração da mão de obra escrava**

Após a análise dos proprietários, se faz necessária a observação da concentração de posse segundo os distritos piranguenses presentes na Lista Nominativa. Este instrumento de análise é importante na medida em que nos aponta quais eram as localidades mais dinâmicas economicamente. Observando a composição populacional dos distritos e calculando a porcentagem de escravos e suas médias por senhor, podemos compor um quadro mais completo da distribuição espacial da propriedade escrava piranguense.

<sup>24</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 110.

Definidora dos locais onde os cativos estariam mais concentrados são as características geográficas da região do rio Piranga. Segundo Gusthavo Lemos, que faz esta divisão em duas partes, o “rio acima” tinha como característica um relevo acidentado e um vale mais estreito, enquanto que a região do “rio abaixo” era formada “pelo vale do Piranga propriamente dito, área de relevo mais nivelado, com vale mais extenso e terras mais férteis devido à sedimentação de matérias orgânicas”.<sup>25</sup>

Por conta destes aspectos, conclui-se que as áreas mais baixas propiciam melhores condições de cultivo, levando à chamada *ocupação preferencial* do solo, segundo a qual os produtores mais abastados e de maior influência concentravam a posse da terra, contribuindo para sua distribuição desigual. Esta prática, caracterizada como *seletividade espacial*, estabeleceu uma divisão entre as duas partes do rio,

caracterizando microrregiões econômicas distintas dentro da mesma freguesia: de um lado, uma economia de mercado, mais dinâmica, especializada em um cultivo (a cana) e num pequeno número de produtos derivados, com ênfase na aguardente; de outro, povoados mais parcos, com produção agrícola de autoconsumo, ligada de forma tênue aos mercados local e regional.<sup>26</sup>

Neste sentido, encontramos na Lista Nominativa dados sobre a distribuição dos cativos que corroboram os argumentos de Gusthavo Lemos. O que chama mais a nossa atenção é a grande concentração de escravos nos distritos do baixo rio Piranga. Esta extensão territorial era composta, na década de 1830, pelo distrito de Guarapiranga e mais dois distritos presentes na Lista: Tapera e Calambau.

Apresentando o Arraial mais antigo e povoado da freguesia, com uma população diversificada, Guarapiranga não tinha um percentual expressivo de escravos, que conformavam 31,7% da população do distrito. Por outro lado, esta era a localidade que possuía mais escravos em números absolutos. Quanto aos chefes de domicílio, apenas 31,1% possuíam escravos, sendo que a média de escravos por senhor – abaixo da média da freguesia – era de 5,5.

O distrito de Calambau, por sua vez, abarcava uma população escrava bem mais expressiva, 38,3% do total. Os chefes de domicílio detentores de cativos perfazem 37,3%. A localidade tem uma média de 9,5 escravos por proprietário, bem superior às médias de qualquer das regiões mineiras.<sup>27</sup>

Por seu turno, o distrito de Tapera é o mais emblemático da freguesia, em razão da grande concentração de escravos. Nada menos 49,2% da população era conformada por cativos no início da década de 1830. Possuindo proprietários em 51,1% dos domicílios e com grandes escravarias, a média é de impressionantes 12,7 escravos por senhor. Muito acima, por exemplo, da média dos agricultores piranguenses, a mais alta da freguesia (Ver Tabela 4).

A excepcionalidade destes dois últimos distritos é demonstrada, da mesma forma, na análise de sua estrutura de posse de cativos. Os senhores de até cinco escravos sofrem uma brusca diminuição em relação à freguesia, passando a conformar cerca 45% de proprietários nestes distritos. Enquanto que para a freguesia a proporção de grandes proprietários é de menos de 5% (Gráfico 1), em Tapera e Calambau eles são mais de 12%. No que se refere à proporção de escravos, em torno de 36% destes estavam nas grandes escravarias de Calambau. Por sua vez, Tapera demonstra ampla força

<sup>25</sup> LEMOS, Gusthavo. *Op. cit.*, p. 152.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 155.

<sup>27</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 119.

concentradora ao apresentar mais de 50% dos seus escravos em posse dos grandes senhores.

Estas altas médias se explicam, como explanado anteriormente, pela grande presença de agricultores abastados, concentradores de terras, produtores de cachaça e açúcar. Dos 105 proprietários de escravos de Calambau e Tapera, 89 estão inseridos na categoria profissional “Agricultura”, sendo que 39 deles são especificadamente senhores de engenho.

Informações fundiárias analisadas por Lemos dão conta da grande concentração de terras nesta região por parte de uma rica elite agrária. Utilizando o Registro de Terras de 1855-56, o autor constata que, na freguesia da Vila de Piranga, por exemplo, pouco mais de 3% dos proprietários de terras detinham cerca de 57% deste solo. Do mesmo modo, para a freguesia de Barra do Bacalhau (ausente da Lista Nominativa), na qual está inserido o distrito de Tapera, encontra-se 4% dos proprietários em posse de mais de 42% das terras registradas.<sup>28</sup>

Segundo Lemos, existe, desta forma, “uma clara relação entre a concentração fundiária e o desenvolvimento e reprodução das fazendas canavieiras e, de modo geral, dos demais empreendimentos agrícolas voltados para o comércio”.<sup>29</sup> Levando em consideração as informações sobre a distribuição da posse nestes distritos, podemos estender a afirmação de Lemos acrescentando os escravos a esta relação. Todos estes aspectos se encontravam inter-relacionados: a concentração de terras, combinada à aquisição de mais escravos, contribuía decisivamente no desenvolvimento da produção agrária regional.

Contudo, encontramos neste período relevantes distritos escravistas fora desta área fértil e de grande disputa por terras. São os distritos de Nossa Senhora da Oliveira, Brás Pires e São Caetano do Chopotó, situados por Lemos como em área de “rio acima”, a princípio menos dinâmicas economicamente. Apesar disso, a Lista Nominativa nos mostra distritos marcados por uma alta concentração, acima das médias da freguesia.

Cerca de 38% dos habitantes de Brás Pires e São Caetano do Chopotó eram escravos, enquanto que em Oliveira esta proporção chegava a 44,5%, a segunda maior da freguesia, atrás apenas de Tapera. Em relação à análise dos *fogos*, as proporções continuam elevadas: os distritos de Brás Pires, São Caetano e Oliveira encontravam, respectivamente, 38%, 42% e 55% de seus domicílios contendo escravos. As médias de cativos por proprietário, na mesma ordem, eram de 6,3; 6,3 e 7,8.

Estas informações nos remetem, outra vez, à questão da “democratização” da posse. Mesmo nas regiões caracterizadas como pouco dinâmicas, de relevo mais acidentado e terreno menos propício ao cultivo da cana, existia uma relevante concentração de escravos. Oliveira, por exemplo, era o distrito que continha mais domicílios escravistas na freguesia. Sem dúvida existiam engenhos nestas áreas<sup>30</sup>, mas de forma esparsa, de modo que o empreendimento econômico que agregava e mantinha estes escravos era a *agricultura mercantil de alimentos*.

## 2 – Estrutura de posse na segunda metade do Oitocentos

---

<sup>28</sup> LEMOS, Gustavo. *Op. cit.*, p. 142-149.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 146.

<sup>30</sup> Gustavo Lemos, através da análise da Série de Registros de Aguardente, demonstra a existência de uma minoria de famílias produtoras de aguardente nestes distritos entre finais do século XVIII e início do XIX. *Ibidem*, p. 154-155.

Deslocando-nos para a segunda metade do século, temos uma visão da dispersão da propriedade escrava não através de uma fonte censitária, mas pelo viés de uma documentação passível de quantificação. Investigando 218 inventários *post-mortem*, temos a consciência de que se trata apenas de uma amostra, de forma que não devemos tirar conclusões definitivas sobre o tema para o período. Com a quantificação dos escravos presentes nos inventários, podemos ter uma ideia dos padrões de posse em Piranga nas derradeiras décadas do escravismo.

O período focado, de extremas mudanças, inicia-se com a proibição do tráfico internacional de escravos e culmina com a abolição da escravatura quatro décadas depois. A lei Eusébio de Queiroz, de 1850, resultou na alteração do quadro demográfico cativo. O encerramento da entrada de escravos via tráfico acentuou a importância de fatores internos, como reprodução natural e mortalidade, na manutenção das escravarias. A partir da análise da estrutura de posse local, tentaremos evidenciar as alterações na ordem social escravista provocadas por estas mudanças históricas.

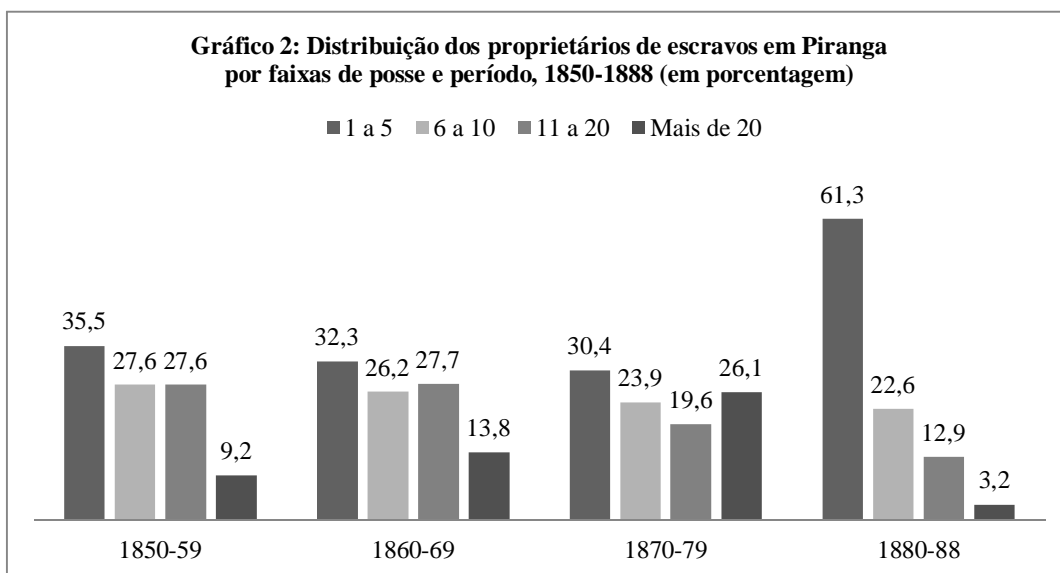
Primeiramente, devemos salientar que nossa fonte possui muitas limitações em relação a fontes censitárias, como as Listas Nominativas. Os inventários são processos muito subjetivos e, apesar de seguirem um padrão de escrita, variam muito nas informações prestadas. Sobretudo ao tratar dos inventariados, a fonte oculta dados importantes, como idade e cor. Desta forma, não se faz possível traçar um perfil completo dos proprietários de escravos piranguenses, levando em conta somente esta documentação.

Ao analisarmos a distribuição de cativos na década de 1830, constatamos a presença de escravos em 35,2% dos domicílios da região. A falta de um recenseamento, nos moldes das Listas Nominativas, na segunda metade do século (o recenseamento de 1872 não apresenta dados sobre domicílios), impede a verificação desta variável no período em foco. Sem termos a noção de quantos chefes de domicílio possuíam escravos, resta acentuarmos que, dos 271 inventários consultados para esta pesquisa, 53 não possuíam escravos. Isto nos mostra, não que a posse de escravos estava elevada, mas apenas que para ter um processo de inventários aberto, a pessoa deveria ter bens a partilhar. O que na grande maioria dos casos, se refletia também na propriedade de escravos.

Levando em consideração as informações disponíveis, iniciamos a análise da dispersão da propriedade escrava entre 1850 e 1888. A primeira constatação, evidenciada no Gráfico 2, diz respeito à continuada predominância das pequenas posses na localidade. Nas quatro décadas trabalhadas, os pequenos proprietários são a maioria, embora com grandes ressalvas em relação à primeira metade do século.

Na Lista Nominativa, os senhores de pequenas posses conformavam a maioria absoluta (65% com até cinco escravos). Através dos inventários notamos, nas décadas analisadas, a brusca diminuição deste grupo de proprietários. Excetuando a década de 1880, momento de desestruturação do sistema, os menores proprietários reduzem-se pela metade em relação à 1831/32, representando entre 30% e 35% do total. Como veremos, esta queda resultou, conseqüentemente, na elevação da participação dos proprietários das maiores faixas de posse. Somente na última década do escravismo as pequenas posses tornam a constituir ampla maioria na localidade, sintoma dos tempos que se fazia presente nas lavouras.

Quanto ao número de escravos possuídos (Gráfico 3), este mesmo grupo assiste a uma queda constante de seu percentual, chegando a possuir apenas 5,6% dos escravos de Piranga na década de 1870. Em 1831/32, eram quase 25%.



Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

Os proprietários da faixa de 6 a 10 escravos foram os senhores com maior estabilidade no decurso da segunda metade do século, mantendo-se na casa dos 20%, embora estivessem perdendo participação ao longo dos quatro períodos analisados. Este grupo teve um aumento importante em relação à primeira metade do século, quando perfaziam pouco mais de 18%. Observando o Gráfico 3, podemos notar a diminuição progressiva do percentual de escravos deste grupo, do mesmo modo que aconteceu com os donos de até cinco cativos.

As médias posses (11 a 20 cativos), nas décadas de 1850 e 1860, tiveram presença marcante na localidade, tanto no que diz respeito ao número de senhores, quanto à porcentagem de escravos que possuíam, levando-nos a crer que eram as fazendas com estas posses as que mais contribuía para a economia mercantil local. Com cerca de 27% de senhores nestes dois decênios, este grupo de proprietários cresceu duas vezes e meio em relação à 1831/32, além de possuir a maioria dos escravos do período. Na década de 1870, o grupo perde espaço para as grandes posses, notadamente em relação à porcentagem de escravos possuídos.

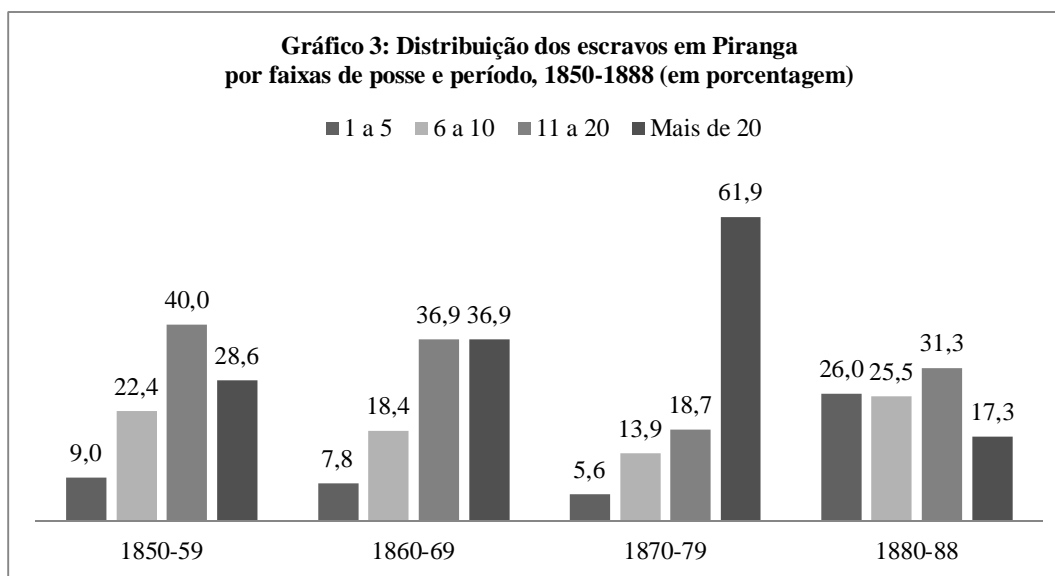
Em sua maioria nas mãos dos produtores canavieiros, as grandes posses, de senhores com mais de vinte cativos, nos trazem muitos questionamentos. Nas três primeiras décadas da segunda metade do Oitocentos, as grandes escravarias aumentam exponencialmente, tanto na porcentagem de senhores quanto na de escravos, para terem uma brusca queda nos derradeiros anos. O ápice acontece na década de 1870, quando 26% dos senhores possuem quase 62% de todos os escravos da localidade.

Ora, na Lista Nominativa, apenas 4,7% dos senhores estavam neste seletivo grupo, possuindo em torno de 26% dos escravos piranguenses. Saltar deste quadro para uma presença na ordem de um quarto de todos os senhores é sinal de sérias mudanças sociais e econômicas refletidas nos padrões de posse.

A título de comparação, em uma pesquisa sobre região de Mariana que engloba o mesmo período e fontes, Heloisa Maria Teixeira encontra, na década de 1870, 47,4%

dos escravos nas grandes posses, em mãos de 13,9% dos proprietários.<sup>31</sup> Em uma localidade vizinha, com características econômicas não muito diferentes das encontradas em Piranga, nos deparamos com uma estrutura de posse bem menos concentradora.

Portanto, duas hipóteses são possíveis: estas escravarias podem ter crescido ao absorverem escravos provenientes das menores posses, ou processos de reprodução natural podem ter contribuído para este crescimento. Não descartamos nenhuma das hipóteses, mas temos indícios de forte reprodução endógena da população escrava piranguense nestas décadas.



Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

Acreditamos que as duas tendências se entrelaçavam, pois o sistema escravista estava em pleno desmoronamento e os senhores que não tinham mais condições de manterem seus escravos tinham duas alternativas principais: venda ou libertação. Com a alta dos preços dos escravos, os pequenos produtores com dificuldades de manter seus escravos vendiam-nos para os senhores com fazendas voltadas à produção mercantil de alimentos, mais dinâmicas economicamente.

Para amparar a hipótese de influência da reprodução natural na manutenção e crescimento das grandes escravarias, faremos uma breve exposição das informações sobre idade dos cativos. Na referida década de 1870, período com estrutura de posse tão atípica para a região, 378 escravos pertenciam a doze senhores piranguenses da maior faixa de posse. Desse total, 357 escravos tiveram sua idade descrita nos inventários. Através da divisão por faixas etárias, constatamos que 41,2% destes escravos tinham no máximo 14 anos de idade. Taxa muito elevada de crianças, que além de sugerir a ampla probabilidade de reprodução natural positiva na população escrava, pelo menos nesta faixa de posse, acena também para a influência deste movimento no incremento das grandes escravarias.<sup>32</sup>

<sup>31</sup> TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 2001, p. 74.

<sup>32</sup> Neste trabalho, tomamos a decisão de incluir os “ingênuos” na contagem total de escravos (mesmo estes sendo legalmente pessoas livres) por conta de seu tratamento indiferenciado pelos senhores. As informações referentes a estes “filhos do ventre livre”, igualmente nos esclarece a influência das grandes

Converge para nossa hipótese a observação dos totais de escravos divididos pelas faixas de posse através das quatro décadas analisadas. Nossa amostra de inventários revelou uma diminuição constante do número total de escravos entre 1850 e 1888 (Tabela 5). Cabe ressaltar o fato de que, entre as três faixas de posse, ao contrário da tendência geral e também das duas menores faixas, as escravarias com mais de vinte escravos tiveram um crescimento do número absoluto de escravos de 1850 a 1870. Em outras palavras, os grandes senhores de escravos conformaram o único grupo que aumentou sua escravaria na segunda metade do século XIX.

Além do mais, não considerando a divisão por faixas de posse, as médias de escravos por senhor se tornam cada vez maiores nestas três décadas enfocadas. De 9,9 escravos por senhor na década de 1850, passa-se para 10,7 na década seguinte, tendo a década de 1870 senhores com 13,3 escravos em média. Na década de 1880, esta média cai para 6,7 escravos por proprietário.

Posse	1 a 10				11 a 20				Mais de 20				TS	TE
	Srs.	%	Escr.	%	Srs.	%	Escr.	%	Srs.	%	Escr.	%		
<b>1850-59</b>	48	63,2	237	31,4	21	27,6	302	40,0	7	9,2	216	28,6	76	755
<b>1860-69</b>	38	58,5	182	26,1	18	27,7	257	36,9	9	13,8	257	36,9	65	696
<b>1870-79</b>	25	54,3	119	19,5	9	19,6	114	18,7	12	26,1	378	61,9	46	611
<b>1880-88</b>	26	83,9	107	51,4	4	12,9	65	31,3	1	3,2	36	17,3	31	208
<b>Total</b>	137	62,8	645	28,4	52	23,9	738	32,5	29	13,3	887	39,1	218	2270

Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*. TS: Total de senhores. TE: Total de escravos.

A década de 1880 é uma exceção dentro do quadro geral da estrutura de posse na segunda metade do século. Através da observação dos gráficos 2 e 3, notamos a ampla discrepância dos dados de posse deste decênio em relação às outras décadas. Ironicamente, esta é a única década que possui uma estrutura de posse parecida com a de 1831/32. Representadas por cerca de 84% dos senhores, as duas menores faixas de posse (1 a 5; 6 a 10) detinham, cada uma, por volta de um quarto dos escravos arrolados. Se nossos dados para o final do século não estiverem enviesados pelo limitado número de inventários, podemos supor a existência de uma brusca desestruturação do escravismo no início da década de 1880, de forma a compreender o baixíssimo número de escravos arrolados, além da quase extinção das grandes escravarias locais.

Todos os dados apontados neste tópico nos levam a uma conclusão primordial: com a proibição do tráfico negreiro internacional e suas consequências econômicas e sociais, a propriedade escrava tendeu a concentrar-se mais nas mãos dos grandes senhores. A partir de uma perspectiva nacional, Ricardo Salles afirma que

A posse de escravos, que antes era disseminada por praticamente todo o tecido social, envolvia a maioria dos setores livres da população, abrangia as diferentes regiões do país e se estendia tanto às áreas rurais quanto às urbanas, a partir de 1850 passou a se restringir às regiões mais dinâmicas da economia e às camadas mais abastadas da população.<sup>33</sup>

Este processo não se deu de forma diferente em Piranga. A propriedade escrava tendeu a concentrar-se cada vez mais a partir de 1850, excetuando os derradeiros anos

---

escravarias na reprodução natural. Encontrados os registros de 41 ingênuos nos inventários da década de 1870, nada menos que 34 nasceram na maior faixa de posse.

<sup>33</sup> SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, *Op. cit.*, p. 65.

do escravismo. Assim sendo, o propalado perfil “democrático” de posse da primeira metade do século, juntamente com o sistema escravista mineiro, perdeu sua força em razão da escassez da oferta de africanos novos e o conseqüente aumento dos preços dos escravos existentes.

Não há dúvida de que a *agricultura mercantil de alimentos*, baseada no regime de trabalho compulsório, se mantinha forte na localidade, embora este estivesse concentrado nas mãos dos grandes proprietários, tendo como conseqüência a diminuição gradual da base social do sistema.

Destarte, pretendíamos mostrar nesta análise que o escravismo obteve um forte enraizamento localidade, que permeou todo o século XIX, reforçando os argumentos de que Piranga possuía uma economia mercantil dinâmica. Pois, de outra forma, a região não conseguiria manter por tanto tempo uma população escrava tão ativa e diversificada.

## 2.1 – Os senhores de Piranga no ocaso da escravidão

Diferentemente das Listas Nominativas de 1831/32, os inventários *post-mortem*, em ampla maioria, não dispõem de algumas informações específicas sobre os inventariados. Desta forma, para os senhores de escravos do nosso interesse, não é possível saber a idade e a designação de cor. A idade na qual o inventariado morreu aparece muito raramente em um ou outro processo. Por sua vez, a cor não foi mencionada em nenhum inventário que tivemos acesso.

Ora, podemos supor que estas não eram informações consideradas relevantes pelos escrivães no momento de se instaurar um auto de partilha de bens. O detalhamento deveria prevalecer na descrição dos bens do inventariado, e não em relação ao próprio finado. Outra informação relevante para nossa análise que falta nos inventários é a da ocupação destes homens e mulheres. Em momento algum do processo esta informação é revelada. É possível apenas supor, pela descrição de bens, a profissão dos inventariados.

Portanto, não há possibilidade de uma caracterização dos proprietários de escravos a partir dos inventários da mesma forma que fizemos com a Lista Nominativa. Entretanto, podemos fazer algumas afirmações e suposições tendo em vista os dados coletados. Qual era a cor destes proprietários de escravos da segunda metade do Oitocentos? Eram todos brancos, já que não se tem registro de sua cor nos inventários? Não acreditamos nisso. Como mostramos anteriormente, muitos proprietários de escravos no segundo quartel do século não eram brancos (Tabela 3).

Desta maneira, tencionamos a aceitar os argumentos de Hebe Mattos sobre o silêncio da cor da população livre, sobretudo proprietários de escravos. A autora afirma que “a cor inexistente antes de significar apenas branqueamento era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era condição”. Além disso, Mattos acredita que o “crescimento demográfico de negros e mestiços livres e também de brancos empobrecidos, tendeu a esvaziar os significados da cor ‘branca’ como designador isolado de *status* social”.<sup>34</sup>

Seguindo esta linha de raciocínio, e relembando também os argumentos de Roberto Guedes sobre a fluidez da cor, expostos anteriormente, acreditamos que havia a presença de mestiços, *pardos* ou *crioulos*, entre os senhores de escravos da Piranga pós-1850, embora não houvesse mais a “necessidade” de uma classificação étnica no auto de inventário de pessoas de status social elevado por conta da posse de cativos.

---

<sup>34</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Op. cit.*, p. 109.



Entrando no mérito da outra deficiência documental, salientamos a falta de zelo dos escrivães ao não informarem a idade das pessoas inventariadas. Ocorrência muito rara era a descrição deste dado, uma vez que sua ausência não influía nos tramites do processo. Por conseguinte, não temos os meios para analisar a relação entre a estrutura de posse e a idade dos seus senhores pelos inventários, como fizemos a partir da Lista Nominativa.

Entretanto, podemos aventar a possibilidade de que parte significativa dos inventariados fosse mais velha, em razão mesmo da situação pela qual um inventário é aberto, já que a morte natural tende a ocorrer principalmente entre a população idosa. Além disso, uma observação qualitativa das fontes nos mostra inventariados predominantemente casados ou viúvos, com o rol de herdeiros conformado por filhos muitas vezes também casados. O que a partir de agora nos tira das conjecturas e nos leva para a análise dos dados que conseguimos extrair das fontes, sobre divisão sexual e estado civil dos proprietários.

A divisão sexual dos inventariados é quase igualitária. Dos 218 proprietários analisados, encontramos 112 homens e 106 mulheres. Esta divisão não nos surpreende, por conta do tipo de documentação analisada. Quanto à distribuição dos escravos entre estes dois grupos, o equilíbrio continua. As mulheres tinham a posse de 48% dos escravos de Piranga, entre 1850 e 1888. Como indicado na análise da estrutura de posse deste período, houve grande concentração de senhores e escravos nas grandes posses.

Observando a Tabela 6, notamos algumas diferenças em relação à posse de homens e mulheres. Como mostrado anteriormente, em 1831/32 estas diferenças eram poucas (Ver Tabela 2). Ressaltamos, principalmente, o maior número de homens na maior faixa de posse e a predominância das mulheres nas faixas de 6 a 10 e de 11 a 20 escravos, obtendo um percentual maior que o dos homens nestas duas faixas. Assim sendo, os proprietários tiveram uma diminuição gradual da menor para a maior faixa, enquanto as proprietárias tiveram uma brusca queda da faixa de 11 a 20 escravos para a maior faixa. Como indicado, os escravos estavam distribuídos entre os gêneros de maneira bem equilibrada, como mostram suas médias escravos. Os senhores, englobando as quatro décadas analisadas, detinham 10,5 escravos em média, enquanto que as proprietárias possuíam em média 10,3 escravos cativos.

Faixas de posse	1 a 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	
	Srs.	%	Srs.	%	Srs.	%	Srs.	%
<b>Homens</b>	44	39,29	27	24,11	24	21,43	17	15,18
<b>Mulheres</b>	37	34,91	29	27,36	28	26,42	12	11,32

Fonte: AFP/ACSM, Inventários *post-mortem*.

Outra importante questão a ser tratada, no que diz respeito aos proprietários piranguenses, é o seu estado civil. Do total de pessoas inventariadas, 90% dos homens e 86% das mulheres eram casados ou viúvos. É necessário salientar que 50% dos homens e mulheres solteiros inventariados tinham no máximo cinco escravos. Nenhum homem solteiro tinha mais de vinte escravos e, como exceção, apenas uma mulher solteira se inseria nesta camada de proprietários abastados.<sup>35</sup> Ora, isto nos mostra a importância

<sup>35</sup> Caso excepcional o de Francisca Altina de Paula e Freitas, pois, pelas evidências encontradas em seu inventário, o provável é que sua riqueza provinha de heranças, uma vez que seus pais e uma irmã casada tinham falecido. AFP, Inventário *post-mortem* de Francisca Altina de Paula e Freitas, 1858, caixa 37. Além deste caso, é passível de nota a constatação de que sete das quinze inventariadas solteiras se inseriam na faixa de posse de 11 a 20 escravos. Portanto, metade das mulheres solteiras tinha um

advinda do *casal*<sup>36</sup> no sucesso dos empreendimentos familiares, notadamente agrícolas. Gusthavo Lemos trabalha este aspecto em sua dissertação e chama a atenção para o peso que as alianças matrimoniais têm na estruturação da vida sócio-econômica da localidade. Para o autor, o “casamento, ou antes, a prática endogâmica (familiar ou grupal) é o aspecto mais conspícuo das estratégias familiares relativas à manutenção e ampliação de seus patrimônios”.<sup>37</sup>

Como visto na análise da Lista Nominativa e constatado nos inventários, era a família, aqui representada predominantemente por homens e mulheres de origem branca, casados ou viúvos, entre a faixa dos quarenta a sessenta anos de idade, que dominava o mundo rural piranguense a partir dos empreendimentos agrícolas baseados na mão-de-obra escrava. Gusthavo Lemos identifica na instituição familiar a base sobre a qual se assentava a organização do mundo rural. Deste modo, a família, a partir dos processos de transmissão patrimonial teria um grande poder de influência no arranjo da sociedade e da economia regional. Para o autor

os processos de transmissão patrimonial efetiva (isto é, aqueles que estão no nível da *sucessão*), se vistos em conjunto, contribuíam para a formação e transformação do mundo rural e da paisagem agrícola, de modo a colaborar para remodelação de práticas agrícolas e do mercado de terras, bem como a alterar o volume da produção agropecuária e, conseqüentemente, a participação de uma localidade no mercado.<sup>38</sup>

Esta é a base do conceito que Lemos denomina como *lógica familística*, “segundo qual a família se coloca como o microcosmo básico da organização da vida econômica e social, e o lócus do poder de decisão”.<sup>39</sup> A família, como a instituição predominante de uma sociedade dominada pela agricultura, detêm, desta forma, o poder influir nas condutas sociais de seus membros. Logo, partindo desta linha de raciocínio, podemos dizer que os proprietários de escravos que encontramos nas nossas análises se enquadram neste perfil de família oitocentista.

Como último elemento de verificação da estrutura de posse, analisaremos a participação dos distritos piranguenses nos inventários *post-mortem* coletados. Mostramos anteriormente que não é possível determinarmos o peso da nossa amostra em relação ao total da população ou dos domicílios de Piranga. Entretanto, faremos uma breve explanação da representatividade dos distritos internamente à nossa amostra, combinando estes dados com os obtidos no Censo Imperial de 1872.

Pelas Listas Nominativas, verificamos que os distritos de Tapera, Calambau e Oliveira, seguidos dos distritos de S. C. do Chopotó e Brás Pires, eram os mais apegados ao regime escravista, levando em conta a participação dos escravos em relação à população total destas localidades, a porcentagem de *fogos* com escravos e a média de cativos por domicílio. No Recenseamento de 1872, das oito paróquias incluídas na região estudada, quatro tinham seus percentuais de população escrava acima da média local, de 17,1%.

---

considerável patrimônio convertido em escravos. Uma análise detalhada desta descoberta extrapola os limites deste trabalho. Apenas deixamos registrada a necessidade de se avaliar melhor de que forma estas mulheres acumularam tamanha riqueza.

<sup>36</sup> O *casal* “era símbolo da formação de uma nova empresa familiar, sob a qual se encerrava as funções básicas da vida agrícola: trabalho, lazer e reprodução social. [...] Nesta perspectiva, a edificação do patrimônio familiar nuclear estava diretamente ligada à formação do *casal*”. LEMOS, Gusthavo. *Op. cit.*, p. 61.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>39</sup> *Ibidem*, *loc. cit.*

A paróquia de Nossa Senhora de Oliveira tinha 29,3% da população conformada por escravos, índice maior que o encontrado na região da Zona da Mata mineira, na qual os escravos perfaziam 25,3% da população. Calambau vem em seguida, com 23,2% de cativos; e com 21,5% cada, completam a lista os distritos de São Caetano e São José do Chopotó. Em relação ao total de escravos da localidade, N. S. da Piedade da Boa Esperança (Espera) se destacava como a paróquia com mais escravos (1280 dos 6313), conformando 20,3% do total. A paróquia de Calambau vinha em seguida com 17% dos escravos de Piranga.

Tendo em vista os inventários, a avaliação destas variáveis fica comprometida, uma vez que se trata de uma amostra aleatória, a partir da qual não há possibilidade de medir sua representatividade em face do total de processos arquivados em Piranga. Analisando nosso banco de dados, evidencia-se que, entre 1850 e 1888, o distrito de maior representatividade foi Piranga, com 37 inventariados. O distrito de Tapera, com 26 inventários, é seguido por Espera (22), S. C. Chopotó (21) e Calambau (20).

Em relação ao total de escravos presentes em nossa amostra, o distrito de Piranga continua se destacando ao abrigar 16% destes cativos. Espera possuía 11% e os distritos de Calambau, S. J. Chopotó e Tapera detinham cerca de 10% dos escravos cada um. Quanto à média, o distrito de Oliveira se encontra à frente, com 13,7 escravos por proprietário. S. J. Chopotó vem em seguida com a média de 13,4. Calambau (12,2), Brás Pires (11,8) e Espera (11,6) também se sobressaem com médias acima de 11 escravos por inventário. Estas grandes médias ocorrem por conta da grande concentração de escravos nas maiores posses. Nos distritos de Oliveira e S. J. Chopotó, os proprietários que possuem mais de vinte escravos detêm, respectivamente, 57% e 54,8% de todos os escravos de suas localidades.

Neste sentido, o que vemos ocorrer nestas localidades, na segunda metade do século XIX, é um acirramento da distribuição de posse, não só nas áreas tidas como de “rio abaixo”, como ocorria na primeira metade, mas em localidades bem distintas e que não tinham grande expressão produtiva. Enfim, nota-se a diminuição das diferenças na distribuição de cativos entre as localidades, de certa forma sintoma do contexto histórico, no qual há escassez e concentração de escravos.

### **3 - Conclusão**

Neste artigo, indicamos a importância da análise da estrutura de posse de escravos para o estudo tanto da economia regional quanto da própria conformação da população escrava. A partir da análise dos padrões de posse da região, pudemos revelar o grande enraizamento do sistema escravista piranguense, que principalmente na década de 1830, estava disseminado por uma ampla base social, abarcando mais de 35% dos fogos piranguenses presentes na Lista Nominativa.

Desta maneira, tivemos também a oportunidade de analisar o perfil dos senhores de escravos, demonstrando que esta categoria era formada predominantemente por homens brancos casados com mais de 45 anos. Assim, chegamos à conclusão de que idade, casamento e a designação de cor “branca” eram fatores fundamentais para a posse de cativos em Piranga. Já em relação à categoria profissional dos proprietários, revelamos que a grande maioria estava ligada a atividades agrícolas. Além disso, indicamos que alguns distritos de Piranga, como Tapera e Calambau, possuíam uma elevada concentração de escravos.

Em relação ao tamanho da posse, demonstramos que as pequenas escravarias sofrem uma queda considerável da primeira para a segunda metade do século, sintoma

da lenta desestruturação do escravismo brasileiro a partir de 1850. As pequenas posses diminuem e a concentração de escravas cresce a cada década analisada.

## **Bibliografia**

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*. Família e Sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX). São Paulo, Annablume, 2007.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das Cores do Silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

LEMONS, Gustavo. *Aguardenteiros do Piranga*: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C.. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas I. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 416.*

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Guilherme A. N. Região, economia e população escrava piranguense na segunda metade do Oitocentos. In: *Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR, 2012.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 2001.